

Relatório das Intervenções Arqueológicas levadas a cabo na Ilha do Corvo no âmbito do projeto “*Caminhos da Memória*”



Angra do Heroísmo, 24 de julho de 2022

Luís Barbosa

I-Introdução

O presente relatório diz respeito às intervenções arqueológicas, levadas a cabo na Vila Do Corvo, ilha do Corvo, que decorreram entre os dias 1 e 3 de julho de 2022, no âmbito do projeto “*Caminhos da Memória*”. Este projeto visa a inventariação, valorização, divulgação e estudo do património existente ao longo dos antigos caminhos do Corvo. A sua dinamização encontra-se a cargo da Câmara Municipal do Corvo.

No terreno estiveram presentes trabalhadores do município, na pessoa do Flávio Freitas e Marco Paulo Lindo, bem como o signatário nas funções de Arqueólogo.

As atividades focaram-se principalmente, no levantamento e registo gráfico e fotográfico, bem como prospeção e escavação, de estruturas previamente identificadas. Salienta-se também a nota da componente etnográfica, presente no diálogo oral com os corvinos, que se demonstrou essencial no êxito destas intervenções.

Desta forma, o presente relatório apresenta os resultados das intervenções arqueológicas, centradas em dois pontos de trabalho, as eiras e as covas de junça. Foi ainda possível renovar algumas informações, previamente conhecidas, mas desatualizadas, relativamente à mó de pastel, e um possível abrigo de porcos/bezerros/cabaça de leite.

II-Metodologia de Trabalho

Os objetivos desta campanha arqueológica, realizada na ilha do Corvo, tinham como objetivo o levantamento, registo e escavação de duas estruturas com interesse arqueológico e patrimonial, já previamente identificadas, não só pela Direção Regional da Cultura, mas também assinaladas no Inventário do Património Imóvel do Corvo (2001).

Na Ladeira do Maranhão/largo do Maranhão, onde se encontravam duas eiras unidas, a metodologia do registo fotográfico teve como objetivo a obtenção de imagens dos sítios, tendo em conta a sua paisagem envolvente e o meio que se inserem, para melhor se compreender a dinâmica dos mesmos. Consequentemente, procedeu-se a uma pequena desmatação em redor das eiras, facilitando o trabalho de registo, não só fotográfico, como também gráfico.

Registaram-se graficamente e atualizaram-se fotograficamente, todas, as informações pertencentes à mó de pastel, identificada pela Direção Regional da Cultura, e da antiga Fábrica de Manteiga.

Tendo em conta a impossibilidade de efetuar a escavação da cova de junça previamente identificada, considerando que esta se encontrava num terreno onde terá sido feito recentemente um descarregamento de terras no mesmo, procurou-se outras soluções de modo a chegar ao objetivo que seria o de fazer o levantamento de uma cova de junça. Para tal, utilizou-se o contacto com os locais, onde foi possível recolher informação oral extremamente importante para o sucesso desta campanha, sendo-nos indicada a localização relativa de duas covas de junça.

Efetuuou-se assim uma prospeção seletiva, onde se prossupôs a orientação relativa destas estruturas, tendo em conta as informações recolhidas previamente. Como resultado, foi possível descobrir as duas covas de junça, bem como fazer a recolha da sua localização geográfica exata. Na segunda estrutura encontrada foi possível fazer o levantamento das suas medidas, bem como efetuar o registo gráfico

Por fim, novamente através do contacto oral, foi ainda possível identificar um possível abrigo de porcos/bezerros/cabaça de leite.

III-Covas de Junça

Para compreender o fenómeno das “Covas de Junça”, é primeiro perceber como funcionava a economia dos Açores logo após o seu povoamento. Muito resumidamente, esta baseava-se nas produções agrárias (cereais, legumes, frutas), de diversas espécies, bem como a pecuária (bovinos, suínos e aves). Aliado a este facto estaria uma relação interdependente com as rotas comerciais, sendo os Açores um ponto de paragem obrigatório aquando das travessias marítimas do Oceano Atlântico. Desta maneira os produtos produzidos nos Açores, seriam muitas vezes escoados através dos reabastecimentos dos diversos navios que aportavam, em troca por vezes de especiarias, moedas estrangeiras, ou noutros casos bens de luxo.

No caso do Corvo a sua realidade seria algo diferente. Os escassos contactos com o exterior, obrigam a sua população a desenvolver um sistema de autoabastecimento alimentar. É possível atestar isto através da passagem de Gaspar Frutuoso, onde esta reconta que muitas vezes o comércio seria feito com as Flores, e sendo que não havia embarcações no Corvo, estas teriam de vir da primeira, e eram sinalizadas através de sinais de fumo (Frutuoso, 1963, pp. 58-59).

A estas dificuldades próprias do isolamento das ilhas mais Ocidentais, acresce-se as dificuldades impostas pela incremental subida dos foros a serem pagos a Espanha durante o domínio Filipino. Juntando-se um aumento da população, constantes ataques de ingleses por estarem em guerra com Espanha, bem como a impossibilidade de aumentar a área de cultura devido ao carácter inóspito da uma parte da ilha, a situação torna-se extraordinariamente difícil, sendo que as populações se começam a queixar das grandes faltas e carências alimentares sofridas. É possível perceber pelo testemunho da uma carta remetida ao capitão-general dos Açores em 1768, pela população corvina: ” (...) *não chegarem as searas de trigo para pagar a pensão, dízimo e ficar semente (...) sendo forçoso aos ditos moradores (...) comerem das searas que fazem de junça, pouco milho (...); queimando em lugar de lenha, palha (...); andam os homens e mulheres quasi nus*” (A.A, 1980, p.18).

Com o crescimento da utilização da planta da junça como substituto cereal, na manufatura do pão, surge também a necessidade de sítios próprios alternativos aos

tradicionais celeiros e graneis, para armazenar e proteger o mesmo não só dos elementos naturais, dos roedores como também das muitas incursões de piratas e corsários que abordavam a ilha. Consequentemente foi introduzida na vida insular uma solução de armazenamento já conhecido do mundo europeu e muçulmano: os silos, que nos Açores se denominam como “covas”. É um fenómeno bem documentado, nomeadamente pelo Gaspar Frutuoso e pelo Padre António Cordeiro. Gaspar Frutuoso aborda as covas escadas no tufo na Ilha de Santa Maria, que totalizam 13 exemplares (apelidadas de “mata-mouros”) e ainda hoje se encontram musealizadas (Frutuoso, 2005 III, p. 6), bem como a existência das ditas covas à entrada da cidade de Ponta Delgada, também escadas no tufo (Frutuoso, 2005 IV, p. 170). Já na Terceira, foi possível atestar a presença destes silos, junto às entradas oriental e ocidental de Angra do Heroísmo, que correspondem ao espaço circundante da igreja de Nossa Senhora da Guia (Carta Arqueológica dos Açores 086/A), hoje atual cruzamento entre a Rua Nova e a Rua do Guarita, e ao Alto das Covas (Carta Arqueológica dos Açores 074/A), respetivamente. Sobre o Alto das Covas, o Padre António Cordeiro escreve: “(...) & levão trigo, de que há na Cidade de Angra celleyros, ou Graneys efpeciaes, que fãõ grandes covas abertas na terra, & cada cova he muyto funda, & leva muytos moyos de trigo com feu bocal redondo em cima de tres palmos de diametro, que fe tapa com huma fó pedra de cantaria redonda, como huma mò de moinho, com o final em cima do dono de quem he aquella cova, & no grande, & fundo vãõ, da cova fe conferva o trigo, como no ventre de fua mãy a terra, tam puro, & limpo de todo o bicho, e vició, que fe tem experiencia de fer melhor, & fazer melhor paõ o trigo das covas, do que o de Graneys, ou celleyros das cafas de fóra, & não fe fabe que em algum tempo fe furtaffe trigo de cova alguma, nem que alguma fe abriffe fem o mandar feu dono, & para isso ha officiaes Encovadores, & Defencovadores, que o fazem deftra e perfeytamente. E efte he o grande campo das covas que em Angra eftá no terreyro do Convento de N. Senhora da Graça, & em taes covas chega a eftar o trigo anno inteyro, & fempre perfeyto.” (Cordeiro, 1768, p.302).

Temos ainda os dados escritos pelos holandês João Linschool, relativamente ao aprovisionamento do trigo, na ilha Terceira, durante o século XVI: “Este trigo não pode guardar-se por mais de um ano sem apodrecer. E é necessário, para o conservar durante quatro ou cinco meses, que os habitantes o tenham encerrado debaixo da terra. Para esse fim cada cidadão tem um poço em qualquer canto da cidade, aberto simplesmente

no pavimento da rua pública, com uma boca suficiente para entrar um homem tapado.”
(Agostinho, 1943, p. 152)

Em Santa Cruz da Graciosa, também foi possível identificar vários exemplares, situados aproximadamente à Praça Fontes Pereira de Melo.

Relativamente ao Corvo, como foi referido acima, derivado de diversas condicionantes que afetaram a produção de trigo, a junça, sendo uma planta herbácea de folhas longas e finas, que produz um tubérculo comestível e capaz de ser moído para a produção de farinha, terá sido utilizada como substituto daquele cereal.

É muito provável que as chamadas “Covas de Junça”, seriam já estruturas utilizadas previamente no armazenamento do trigo e centeio. Porém, e com a escassez do mesmo, terão sido reutilizadas para a junça.

No pátio do atual edifício da Delegação Marítima, foi identificado e catalogado no Inventário do Património Imóvel da Vila Nova do Corvo (2001), uma cova de junça. Encontrava-se em bom estado de conservação, e apresentava-se musealizada. Tinha a forma de uma ânfora ou de talhão, com diâmetro de abertura de 1 metro. Apesar de todas estas informações, e através do contacto local os trabalhadores do município, foi possível perceber que na atualidade esta cova terá sido tapada pelas chefias da Delegação Marítima. Nesta maneira não foi possível fazer-se uma observação *in situ* desta estrutura.

Neste mesmo Inventário, foi ainda identificada uma estrutura, correspondente à tipologia das covas de junça, no caminho junto à coroa do Pico. Apresentava um estado de conservação em ruína, pelo que atualmente poderá já se encontrar completamente destruída.

Mais recentemente, a Direção Regional da Cultura foi contactada relativamente à descoberta de três covas de junça, aquando de obras de renovação de um lote habitacional que se encontra situado em frente ao ecomuseu do Corvo, na Rua das Pedras (Carta Arqueológica dos Açores 155/A).

Após o delineamento dos planos de trabalho, procedeu-se a uma visita ao sítio onde já previamente, a Câmara Municipal do Corvo tinha identificado uma cova de junça. Nestes terrenos, comprados pela Câmara, esta encontrar-se-ia sinalizada com um pneu. Porém após a chegada ao local, onde já decorria o desbravamento da erva alta, por parte dos trabalhadores do município, não foi possível identificar com exatidão a localização

da cova de junça. Após conversas com diversos funcionários da Câmara, nomeadamente o presidente, foi possível apurar a possibilidade de esta ter sido aterrada por uma camada de terra. Futuramente terá de se levar a cabo a elaboração de uma sondagem em área, para melhor se identificar a sua localização. Desta maneira fica aqui a sua localização genérica: 39° 40'41.9" N 31°06'13.5" W.

Após este pequeno percalço, e em seguimento de conversações com os locais, relativamente à localização de covas de junça, foi possível apurar a posição relativa de duas destas estruturas.



Fig. 1 – Pormenor da Tampa da 1ª Cova de Junça identificada.

A primeira, estava situada nos terrenos do Sr. José Maria Mendonça, que segundo aquilo foi possível apurar não seria adepto de desconhecidos a circular nos seus terrenos.



Fig. 2 – Pormenor do interior da primeira cova de Junça.

Desde maneira, e de forma dissimulada, apenas se procedeu a uma identificação da mesma, com uma breve descrição e a recolha da sua localização geográfica. Tratava-se efetivamente de uma cova de junça, ainda com a sua tampa, que era composta de várias pedras de murete de cerrado. Foi escavada no solo, sendo que as suas paredes são compostas de terra compactada, não se verificando qualquer tipo de revestimento. Não foi possível a recolha de medidas, consoante a situação, porém é possível atestar que o seu interior não se encontra colmatado, como o exemplo seguinte, sendo esta um exemplar a estudar. A sua localização geográfica: 39°40'34,4"N 31°06'25.3'W.

O segundo exemplar foi-nos dado a conhecer por um popular. O mesmo sinalizou a existência de uma cova de junça, localizada perto de uns terrenos de conhecidos, encostada a um muro. Após uma breve caminhada e acompanhado do senhor Flávio

Freitas e Marco Paulo Lindo, foi possível identificar a cova, que estava coberta por vegetação e no sítio onde foi referida.



Fig. 3- Segunda cova de Junça a ser identificada.

Tipologicamente, trata-se de um silo subterrâneo em forma de ânfora ou de talhão. Terá sido escavado no solo, e é composto por terra batida, sem qualquer tipo de revestimento interior. A nível de dimensões, apresenta um diâmetro de abertura de cerca de 53cm de diâmetro, 1,30m de profundidade máxima e a sua largura é de 1,65m. Exibia uma parede muito irregular, própria de uma estrutura construída em terra. Esta cova encontrava-se claramente colmatada, fruto do passar do tempo e do efeito dos elementos naturais na mesma, ou poderá ter sofrido um processo humano e intencional. Desta maneira não foi possível recolher as suas dimensões reais a nível de profundidade e de largura. A tampa deste exemplar encontra-se ao centro do interior desta estava a uma profundidade de 1,10m. A sua tipologia difere largamente dos relatos acima descritos, sendo uma laje de pedra achatada irregular, e não circular. Tendo em conta tratar-se de

uma estrutura de terra compacta e instável, não foi possível fazer qualquer tipo de intervenção no seu interior, tendo em conta os perigos de derrubamento. Um futuro estudo acerca dos elementos paleobotânicos (espécies vegetais, endocarpos e sementes) que potencialmente estarão no seu interior, poderão eventualmente dar algumas luzes, não só sobre o conteúdo destes silos, como também acerca dos hábitos alimentares que a população corvina teria ao tempo do seu uso.

Por fim, foi possível recolher a sua localização geográfica: 39°40'49.4" N 31°06'24.1" W.

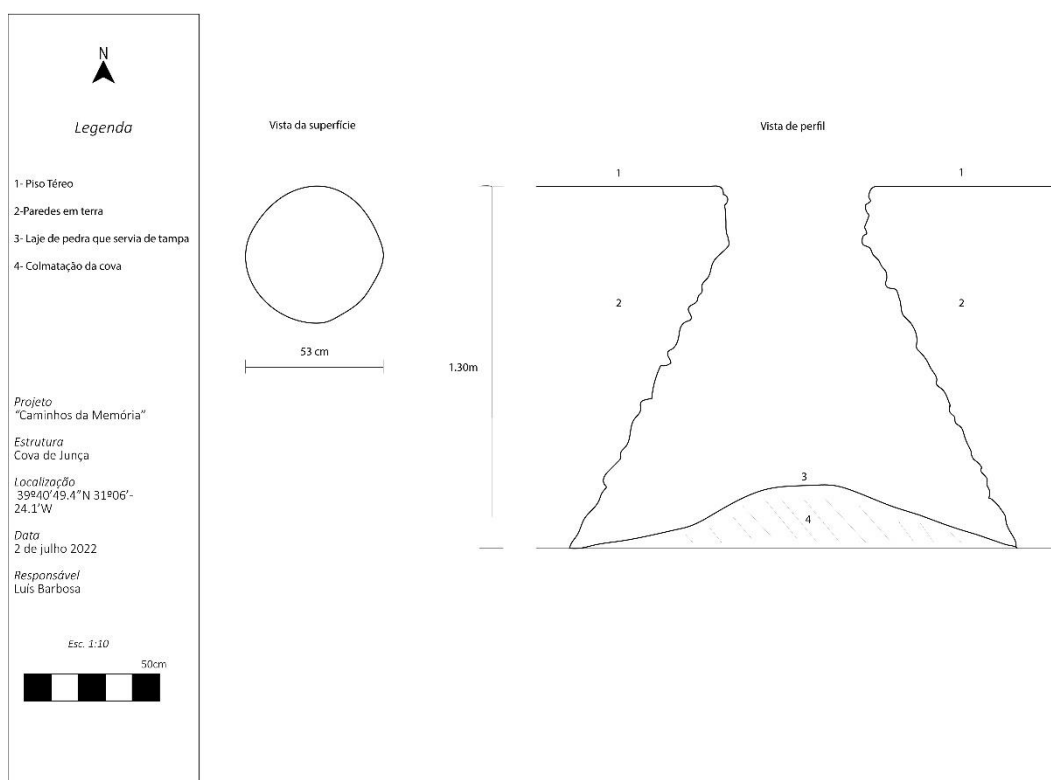


Fig. 4 – Desenho Técnico da cova de Junça

Penso ser de extrema importância salientar a nota, relativamente ao fato de as “Covas de Junça” ainda se encontrarem extremamente bem preservadas na memória dos Corvins. Todas as pessoas que abordamos, no sentido de tentar apurar a localização destas estruturas, estivessem elas ligadas à agricultura e pecuária (apresentavam um maior contacto com as mesmas) ou não, sabiam a existência de uma, ou onde já tinha existido uma estrutura deste tipo. Consequentemente no futuro, e no âmbito de dinamizar a história do Corvo e das suas gentes, seria importante fazer o levantamento destas possíveis

localizações e confirmá-las, no sentido em que não se percam da memória e no tempo, não só dos Corvinos, mas também de quem visita o Corvo. A preservação e conhecimento deste património físico e imaterial de todos contribuirá para um melhor entendimento da história da insularidade e dos hábitos de vida desta população.

IV-Eiras

Uma eira é na sua essência, uma construção de carácter utilitário, orientada para as funções de secagem e debulha dos cereais.

No território de Portugal Continental, as características formais das eiras são amplamente variáveis, consoante a sua localização geográfica. A título de exemplo, no Algarve, as eiras apresentam-se redondas e com um pavimento em barro branco, enquanto no Alentejo estas são móveis de ano para ano, e no Norte caracteriza-se pela sua forma quadrada (Fernandes, 2003, p. 124).

No Corvo, as eiras continuam a fazer parte do quotidiano dos corvinos, não pela sua utilização, mas sim pela presença constante das mesmas, estando estas espalhadas ao longo da Vila Nova do Corvo. A escolha da localização para a criação de uma eira teria de levar em conta não só a disponibilidade dos terrenos, mas também o seu posicionamento relativamente aos ventos. Teriam estas de se encontrar numa zona favorável aos moinhos para facilitar o transporte dos cereais para a respetiva moagem. Deste modo, torna-se possível compreender que os conjuntos de eiras formavam uma espécie de linha que circundava toda a vila, seguindo o trajeto dos moinhos. Calcula-se que a certa altura o número de eiras conhecidas se conte por volta de duas dezenas de exemplares, porém a sua grande maioria terá sido destruída aquando da construção do atual aeroporto.

Apesar deste facto, os exemplares ainda existentes permitem-nos transportar para aquela época, e tentar perceber como é que os “antigos” as utilizariam e conseguiam retirar sustento das mesmas: *“Já na eira malhavam-se os cereais com a ajuda de um malho, ou então eram utilizados os bois a par e caminhando em círculo ou até o burro. Terminada esta parte, o cereal era virado na eira, em camadas paralelas como no início, mas com as espigas voltadas para o lado oposto, de modo a poder repetir-se nova malha. Terminada a malha, o cereal ficava a secar durante o dia e à noite podia ser guardado no alpendre ou na casa da eira”* (Fernandes, 2003, p. 126).

Apesar de uma grande carência a nível bibliográfico, relativamente às vivências da população corvina, o Padre António Cordeiro faz referência, em 1717, aos diversos tipos de cultivos plantados nesta ilha: *“Da terra he mais frutifera esta Ilha do Corvo, porque della he muyto mais alta, & mais funda fobre as radicaes pedreyras, & calhãos,*

do que a terra da Ilha das Flores, & por iffo he mais forte, & mais fertil, & affim, fem a deyxarem defcançar com folhas annuaes, fe femèa a mefma terra cada anno, & fó de trigo, com fer tão pequena Ilha, dà coufa de cento & cincoenta moyos cada anno, além do centeyo, & ceveda; dà muyto linho, & legumes, de favas, batatas, lentilhas, & hortaliça de toda a cafta (...)”(Cordeiro, 1717 ,p. 492). Desta forma verifica-se a existência de diversos tipos de cultivo já presentes na ilha no século XVIII.

Pode-se assim assumir que já existiriam eiras no século XVIII, sendo que estas eram necessárias para debulhar o trigo e centeio, para se poder dar início ao fabrico do pão. Apesar disto não se mete em questão que em situações onde predominava a fome, estas não teriam sido usadas para debulhar a junça, uma planta herbácea, da qual é possível fazer farinha dos seus rizomas tuberosos. Era então misturada, por vezes com centeio na fabricação do pão (Martins, 1997, p. 128).

Tendo em conta o curto espaço de tempo disponível, para levar a cargo estes trabalhos de natureza arqueológica, era de grande urgência que estes fossem postos em prática o mais rápido possível. Deste maneira, e acompanhado pelo funcionário da Câmara Municipal do Corvo, na pessoa de Flávio Freitas, foi possível traçar um plano relativamente aos trabalhos. Optou-se por iniciar os encargos, começando por ordem do que estaria mais próximo, neste caso as eiras.

Estando situados junto ao Bar dos Bombeiros, a opção mais lógica seria as eiras da Avenida Nova. Estas já se encontravam inventariadas e descritas no Inventário do Património Imóvel do Corvo (I.P.I.C. 2001, p.57). Consequentemente, foi possível atestar que as mesmas se encontravam em mau estado de conservação, estando cobertas com vegetação impossibilitando o levantamento da mesma. Apesar disso foi possível verificar que se tratava de uma forma circular, com pavimento em cimento, e o combro em calhau basáltico rolado. Encontrava-se encostada a um muro que a cortava ao meio. Foi ainda possível recolher a sua localização geográfica: 39°40'21.9N 31°06'45.1'W.

Ainda junto a esta estrutura, foi possível referenciar uma outra eira, já descontextualizada e remodelada, na seguinte localização geográfica: 39° 40'21.3'N 31°06'43.4W.

Já na Canada do Maurício, é também possível atestar a presença de uma eira, ainda com o seu pavimento original em laje de pedra.

Seguidamente, subimos até à ladeira do Maranhão/largo do Maranhão, onde foi possível verificar a existência de duas eiras, também já previamente identificadas. Este conjunto pauta-se pela sua característica incomum, estando unidas por um pequeno combro composto por calhaus rolados colocados verticalmente, encostados e consolidados a argamassa. Foi ainda possível averiguar junto da população, a existência de uma terceira eira, contruída em terra batida, porém devido ao estado alto da vegetação, não foi possível comprovar a presença da mesma.



Fig. 5 – Vista abrangente das eiras e de Vila Nova do Corvo

Tratando-se de uma estrutura que não apresenta qualquer utilização atualmente, foi necessário proceder a um pequeno trabalho de limpeza manual e desbravamento de pequenas plantas que se encontravam nas suas imediações, tornando mais fácil todo o trabalho de registo fotográfico e desenho técnico. Apesar disto, sem as ferramentas indicadas não foi possível efetuar um trabalho aprofundado.

Assim sendo, foi possível averiguar as seguintes características relativamente a estas eiras:

-Eira 1- Trata-se de uma eira circular, com um diâmetro aproximado de oito metros. Foi possível verificar a presença de vestígios de argamassa de cimento, claramente mais recentes, que estarão associados a trabalhos de consolidação desta

estrutura, com uma baliza cronológica mais recente. Não apresenta vestígios do orifício central para fixação do prume.

Possui o combro composto por calhaus rolados colocados verticalmente, encostados e consolidados a argamassa. Apresenta-se ainda, encostada a um pequeno muro que delimita um galinheiro e a sua consequente habitação.

-Eira 2 - Trata-se de uma eira circular, com um diâmetro aproximado de sete metros. Como o exemplo acima referido, é possível verificar a presença de vestígios de argamassa de cimento, claramente mais recentes, que estarão associados a trabalhos de consolidação desta estrutura, com uma baliza cronológica mais recente. Ao seu centro, observa-se de forma clara a existência de um pequeno orifício para a fixação do prume.

A sua georreferência é 39° 40'26.1' N 31° 06'40.8 W.

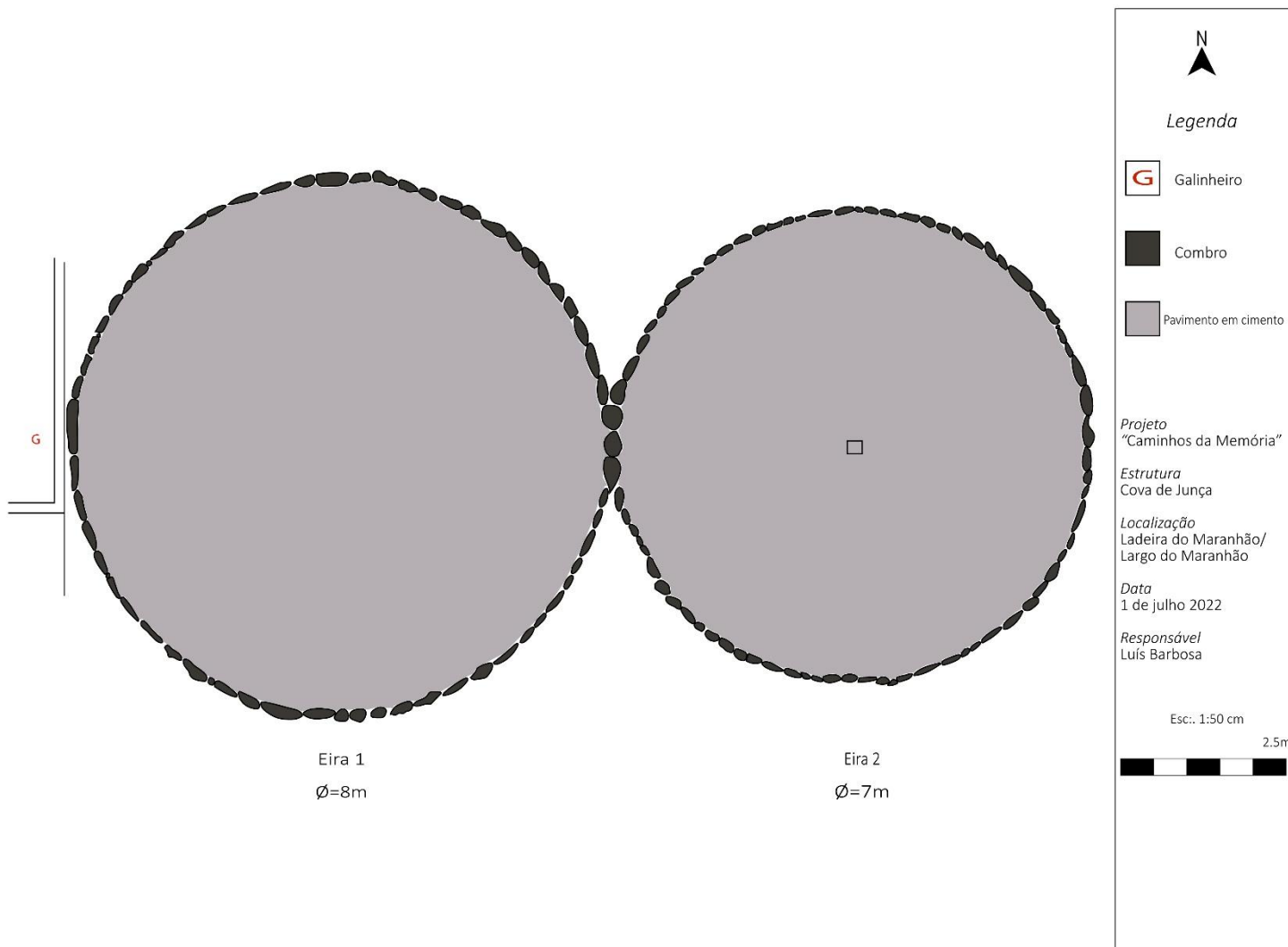


Fig. 6 – Desenho Técnico das eiras

V - Mó do Pastel

Tendo sido primeiramente descoberta por Pedro Domingos, habitante de Vila do Corvo, e sinalizada, em 2016, pela equipa de arqueologia da então Direção Regional da Cultura, em 2021 procedeu-se à relocalização e desenvolvimento de investigação arqueológica associada a uma pedra de mó, com características singulares, sita ao lugar do Engenho.

A primeira fase dos trabalhos assentou numa operação de desmatação da área, que se encontrava amplamente coberta por vegetação densa, que inviabilizava a execução dos trabalhos arqueológicos. Os trabalhos contaram com o apoio do Ecomuseu do Corvo e de uma delegação local da Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações para essa ação, que permitiu colocar a descoberto a supramencionada pedra de mó, bem como os terrenos agrícolas circundantes, com vista a efetuar uma prospeção arqueológica, que permitisse aferir a sua funcionalidade e enquadramento tipológico.

O que levou aquela equipa ao local, para além das fotografias apresentadas por Pedro Domingos, foi a nomenclatura atribuída à zona. Um “engenho” está, tradicionalmente, associado a algum tipo de estrutura de funcionamento industrial, podendo ser atribuído, normalmente, a indústrias de moagem ou lacticínios. No caso particular, a sua localização, periférica à Vila do Corvo, e em local de acesso reservado, deixava em aberto o seu potencial.

A pedra de mó, em basalto, apresenta um formato circular, com 112 centímetros de diâmetro, cerca de 40 centímetros de espessura e um buraco central, em formato quadrangular, com 14 centímetros de lado. Encontra-se incorporada num muro de divisão agrícola, claramente reaproveitada, proveniente de outra estrutura anterior.

A característica distinta, face a outras pedras de mó, está associada ao seu orifício quadrangular. Pedras com esta tipologia encontram-se, habitualmente, associadas aos chamados engenhos de pisão de pastel.

O pastel é uma planta originária do sudoeste asiático, que foi amplamente cultivada em zonas de clima temperado, para funcionalidades medicinais e, principalmente, tintureiras. A partir do século XV, o seu cultivo massificou-se, com o intuito de comercializar o corante de tonalidades azuis, produzido pelos seus engenhos de pisão, e que correspondeu a um dos produtos de luxo que circularam pelas grandes rotas europeias, até meados do século XVII, quando caiu em desuso, pela introdução do cultivo e produção do anil. No arquipélago dos Açores, o pastel integrou a economia de

exportação da Região, até meados de seiscentos, servindo para complementar e reforçar a economia agrícola insular, atendendo ao seu elevado valor de mercado.

Sabemos, através dos relatos dos cronistas de época, que o cultivo do pastel se massificou, em praticamente todas as ilhas do arquipélago. Todavia, o número de pedras de engenho registadas é bastante reduzido, porquanto a maior parte delas desapareceu, na sequência da queda em desuso do corante, a partir do século XVII. A deteção de uma pedra de engenho de pastel na ilha do Corvo revela-se, assim, de extrema importância, no contexto da arqueologia insular, considerando que, até ao momento, apenas se conhecem pedras com tipologias semelhantes na ilha Terceira e na ilha de São Miguel.

Tratando-se de uma estrutura implantada a céu aberto e construída em madeira, a existência de vestígios materiais, com cerca de quatro séculos, seria muito pouco provável. Procurou-se, por outra via, apontar uma provável localização, considerando a necessidade de local plano, para trabalho da pedra, e a proximidade a cursos de água, essencial para o trabalho industrial, de uma forma geral.

No terreno adjacente ao muro onde se encontra incorporada a pedra, presentemente, a desmatção e prospeção visual aferiu a existência de uma área que reunia essas condições, pelas suas características geográficas e pela sua proximidade à Ribeira da Lapa. Não sendo possível aferir com absoluta certeza, as hipóteses são prováveis de ter ali sido detetado o primitivo engenho de pastel da ilha do Corvo, cujas únicas remanescências assentam na aludida pedra, que ainda permanece na parede divisória do terreno, atualmente.

Importa ainda destacar a proximidade do lugar do Engenho a uma zona denominada como Pastéis, que permite inferir como correspondente ao local de cultivo da planta, posteriormente transportada até ao engenho, para produção, e finalmente carregada até à Vila, para exportação. Esse trajeto, quando analisada por via satélite, é facilmente identificável pelos caminhos rurais secundários, ainda hoje existentes.



Fig.7– Mó de pastel inserida num muro de cerrado

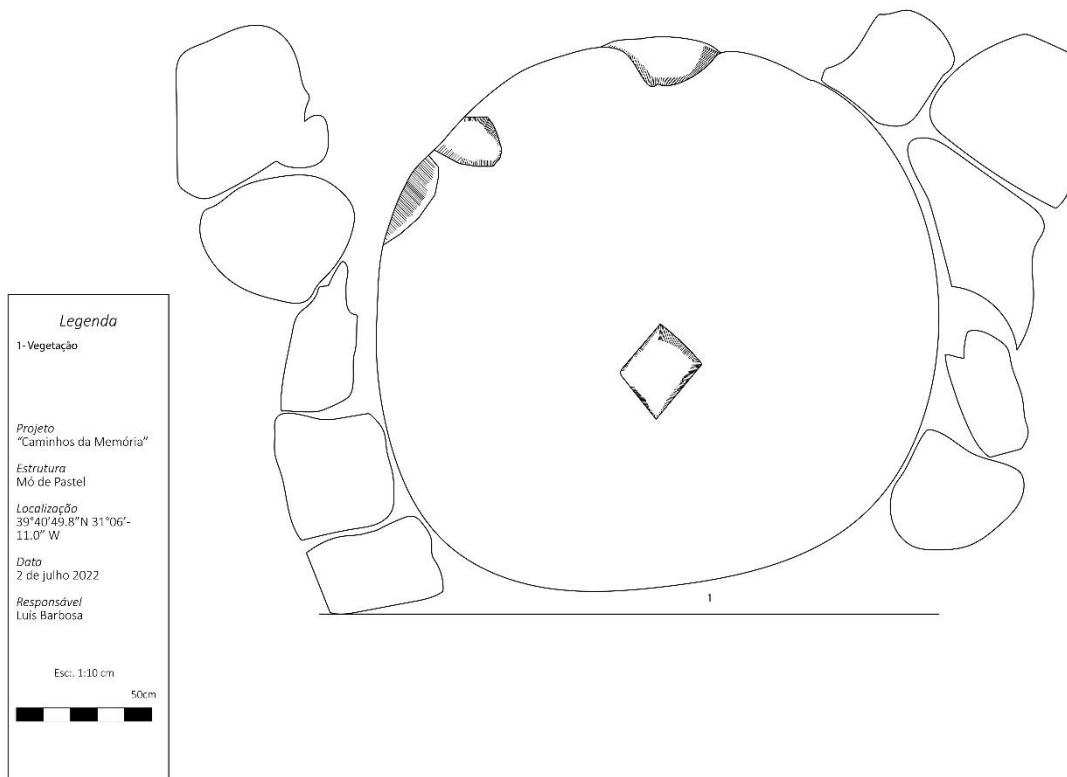


Fig.8 – Desenho técnico da mó de pastel

VI - Abrigo de porcos/bezerros/cabaça de leite.

Após o fim do primeiro dia de trabalhos, surgiu a oportunidade de auxiliar o senhor José Alves Mendes, nalgumas tarefas a ser realizadas no seu armazém. Em conversação relativamente às covas de junça, o próprio afirmou ter conhecimento de um sítio próximo que seria de algum interesse visitar, e aponta a funcionalidade desta estrutura como sendo um abrigo de porcos/bezerros/armazenamento do leite.

Desta maneira, deslocamo-nos até à referida estrutura, que se encontrava nos terrenos adjacentes, onde foi possível recolher a sua localização geográfica absoluta: 39° 41'07.8" N 31°06'00.3"W.



Fig 9 – Vista do suposto “abrigo”, apesar da vegetação intensa.

José Mendes fez referência que este sítio já teria sido alvo de um levantamento fotográfico por parte de trabalhadores da Câmara Municipal do Corvo.

Apesar da intensa vegetação, que não permitiu perceber a totalidade da estrutura (como é possível verificar pela figura 9, não foi possível perceber como se edificaria a metade de baixo desta estrutura), foi possível recolher algumas medidas, para melhor compreender as dimensões deste abrigo.

Trata-se de uma estrutura escavada na rocha, com uma abertura de cerca de 85cm, com uma profundidade de 1,30m. No seu interior apresentava uma largura de 1,34m, bem como uma

altura de 93cm. Encontrava-se também entulhada com algumas pedras de média dimensão, pelo que as suas dimensões reais serão de certeza maiores.

No Inventário do Património Imóvel da Vila Nova do Corvo (2001), Rui de Sousa Martins faz alusão a estruturas de apoio à pecuária e conseqüentemente à produção de leite. Este refere: “No interior dos *currais*, normalmente a um canto, construíam-se abrigos de pseudocúpula em pedra seca (*chiqueiros*) para *tapar* os bezerros e outras estruturas idênticas, mas de menor dimensão, onde se abrigavam cabaças de leite” (Martins, 2001, p.28).

Seria interessante no futuro tentar afinar a funcionalidade associada a esta estrutura e o seu meio ambiente, bem como fazer um levantamento extensivo de outras estruturas com a mesma tipologia.



Fig 10 – Abertura escavada na rocha

VII - Bibliografia:

AA - *Arquivo dos Açores*, Vol. VI, Ponta Delgada, 1980 (fac-símile de 1884), p. 18.

AGOSTINHO, José, tradução e notas (1943) – “História da Navegação do holandês João Hugo de Linschool, às Índias Orientais”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n. °1, Angra do Heroísmo, pp. 145-168.

CORDEIRO, António, Padre (1981) – *Historia Insulana das Ilhas a Portugal sugeytas no Oceano Occidental*, (s.l.), Secretaria Regional da Educação e Cultura (fac-símile da edição princeps de 1717).

FERNANDES, Luísa Maria Carlos (2003) – “*Tecnologia Tradicional: Moinhos, Lagres e Eiras no Concelho de Penela (Levantamento)*”, Curso de Especialização em Assuntos Culturais no Âmbito das Autarquias – CEFA, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

FRUTUOSO, Gaspar (2005) - *Saudades da Terra*, Livros III, IV e VI Ponta Delgada, Instituto Cultural da Ponta Delgada.

MARTINS, Rui de Sousa (1997) – “O pão no arquipélago dos Açores. Mudança e articulação das técnicas de cozedura” in *Arquipélago-História*, 2.^a série, II, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, pp. 119-170.

MARTINS, Rui de Sousa (2001) - “Calçadouros, Chiqueiros e Cabaças de Leite na Ilha do Corvo” in *Inventário do Património Imóvel dos Açores - Vila Nova do Corvo*, Direção Regional da Cultura e Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, p.28.

VV.AA. (2001) – “Ficha 2” in *Inventário do Património Imóvel dos Açores - Vila Nova do Corvo*, Direção Regional da Cultura e Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, p. 56.

VV.AA. (2001) – “Ficha 3” in *Inventário do Património Imóvel dos Açores - Vila Nova do Corvo*, Direção Regional da Cultura e Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, p. 57.

VIII -Anexos



Fig. 1 – A segunda cova de junça identificada, sinalizada com o Norte e respetiva escala.



Fig. 2 – Pormenor visível da tampa da 2ª cova de junça identificada.



Fig. 3 – Tampa in situ da 1ª cova de junça identificada.



Fig. 4 – Vista da ladeira do Maranhão, em relação às eiras.



Fig. 5 – Detalha do elemento de união entre as duas eiras.



Fig. 6 – Detalhe relativamente à calhau basáltico rolado, utilizado no combro das eiras.



Fig. 7 – Detalha do orifício do prume.



Fig. 8 – Mó de pastel inserida no muro de cerrado.



Fig. 9 – Outra perspectiva da mó de pastel inserida no muro de cerrado.



Fig. 10 - Entrada da estrutura com funcionalidade associada a um abrigo.



Fig. 11 – Pormenor do material de entulho de suposto abrigo.